



Lisboa, 1 de Junho de 2010

Assunto: Debate Publico PAC pós 2013

Exma. Sra. Coordenadora da Rede Rural Nacional
Dr.ª Manuela Azevedo e Silva

Apresentamos os nossos cumprimentos.

No âmbito do debate público relativo ao futuro da política de desenvolvimento rural e PAC pós 2013, promovido pela Rede Rural Nacional, a **ANEFA – Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente**, vem por este meio apresentar os seus contributos.

De acordo com as palavras do Comissário da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Dacian Cioloș, “A Política Agrícola Comum é do interesse de todos e não apenas dos agricultores. Quem fala de agricultura europeia fala de segurança dos alimentos, mas também de protecção da paisagem, de emprego, de ambiente e de alterações climáticas”. Adoptando a mesma opinião, a ANEFA acredita que a Agricultura e o Desenvolvimento Rural deverão estar a par e passo, contribuindo para a riqueza local e nacional do país, pelo que desde já lamenta que, uma vez mais, este debate não tenha merecido uma discussão pública significativa, sendo que a sua elaboração base não teve interveniência de todos os representantes do sector.

No entanto, numa vertente construtiva, a ANEFA considera importante realçar os principais factores que poderão ser desenvolvidos nas três questões em debate. Deste modo:

1. Quais devem ser os objectivos da futura política de desenvolvimento rural?

Uma Política de futuro deverá promover a **competitividade** e a **sustentabilidade** das áreas, subjacentes a adopção de estratégias de desenvolvimento e competências de cada território. Deverá ser tida em consideração a **preservação do ambiente e da paisagem**, a **mitigação das alterações climáticas** e a **valorização de bens e serviços públicos** (incrementar a multifuncionalidade).

Com um enfoque na **vertente social, ambiental e económica**, é essencial a criação de condições para a **fixação das populações nas zonas rurais**, fomentando a **qualidade de vida**, proporcionando a proliferação de **emprego** e a **economia local**.

Deste contexto, advém assim a importância no incentivo e apoio às micro e PME's, geradoras de riqueza e inúmeros postos de trabalho nas zonas rurais.

Deve ser dada especial atenção à **preservação do solo** (combate à erosão, compactação e contaminação) e dos **recursos hídricos**.

Uma aposta na **internacionalização dos mercados**, com **produtos e serviços de qualidade**, enaltecendo a capacidade técnica, a qualificação e a formação, de modo a promover o Mundo Rural, é a base de uma fonte de oportunidades.

2. Como podem ser mais efectivos os instrumentos de política?

Embora seja uma Política de base europeia, torna-se essencial que se reconheça as especificidades de algumas áreas, ou seja, um **enquadramento específico à realidade agrícola e florestal de cada zona**.

Deverá haver uma **articulação entre políticas e agentes**, evidenciando um acompanhamento e monitorização, e reconhecendo as medidas de excelência.

Contribuindo para uma **regulação do mercado**, a política deve evoluir de modo a que os custos de produção sejam cobertos, e os rendimentos dos promotores sejam assegurados.

Os programas de desenvolvimento rural deverão servir as **necessidades de cada Estado membro**, e para tal é elementar que as dotações orçamentais afectas reflectam essa questão.

Torna-se premente a **aposta nos subsectores em que somos competitivos**, sendo que as políticas definidas devem considerar esta valência.

Deve ser redigida e implementada uma **Legislação coerente** e com uma vertente de incentivo, ao invés do carácter penalizador que traduz a maioria.

3. Como pode ser melhorada a gestão da política?

Acima de tudo é necessário **simplificar os processos, desburocratizando-os e descentralizando as tomadas de decisão**, para que se tornem ferramentas eficazes.

As **candidaturas** de acesso a fundos devem ser realizadas **de forma regular e contínua**, para melhor servir as necessidades do mundo rural.

Um dos pontos essenciais é a **interligação entre agentes e a participação destes em todo o processo**, desde a concepção à operacionalização dos programas, contribuindo para a sua transparência e aplicação no terreno.

Deve ser contemplada a **criação de seguros** contra a acção de agentes bióticos, cada vez mais presentes em cenários de profundas alterações climáticas.

Numa visão macro económica, deve ainda ser dado **incentivo à produção e comercialização**, potenciando a exportação em detrimento da importação.

Sem outro assunto de momento, renovamos os nossos cumprimentos.

P´ Direcção

Joana Faria